A midiatização da cidadania pela comunicação pública na rede digital

Vivian Duarte da Silva
Universidade Federal de Goiás

Palavras-chave: Estado; internet; cidadão; mídia.

RESUMO EXPANDIDO

Introdução

O presente artigo propõe a investigação da problemática de como é o processo de midiatização da cidadania na comunicação pública por meio de uma mídia digital. O objetivo do estudo é refletir sobre a forma de abordagem da cidadania por este tipo de meio em uma face da comunicação que atende (ou deveria atender) ao interesse público. Diante das mudanças do cenário governamental da atualidade brasileira esse trabalho traz como recorte a fan page da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A partir dessa mídia será realizada uma análise de conteúdo de postagens durante cinco dias, relacionadas à cidadania. Com este estudo empírico, espera-se revelar o perfil de midiatização que é feita sobre os interesses dos cidadãos. Há uma postura de incentivo ao exercício da cidadania? A comunicação é apenas informativa sobre os direitos dos cidadãos? A linguagem que propõe interatividade, característica da mídia digital estudada, é utilizada? Há apenas replicações exatas dos conteúdos já divulgados nas outras mídias da empresa? O aprofundamento dessas e outras indagações feitas a partir do problema proposto caracterizam a análise que será apresentada, a partir de conceitos sobre cidadania no Brasil, midiatização, comunicação pública e ciberespaço mostrados a seguir.

Fundamentação Teórica

As possibilidades interativas que diferenciam as mídias digitais das mídias tradicionais permitem a midiatização de assuntos que não são pautados pelos conglomerados empresariais de comunicação. Em se tratando da coletividade, a cidadania é um assunto de interesse público que deve ser tratado pela comunicação pública como a base de suas interações com a sociedade. Considera-se este cenário dentro da definição de midiatização apresentado por Ferreira (2008) a partir das relações e intersecções entre dispositivos, neste caso as mídias digitais; os processos de comunicação, aqui tomando a frente a comunicação pública, e os processos sociais que permeiam a cidadania.

> Em termos mais concretos, as relações desenhadas informam que os dispositivos são configurados conforme determinados processos sociais (analisados pela sociologia, antropologia, psicologia social, ciência política, economia, etc), mas também são por eles configurados; que os dispositivos afetam o processo de comunicação, assim como delineados por esses; e que os processos de comunicação e a produção social estão em relação, inclusive no que refere às práticas sociais estruturadas e às distribuições das condições de existências individuais e institucionais. As intersecções se referem aos processos em que um determinado pólo atua sobre as relações dos outros dois. Assim, os processos de comunicação intercedem sobre as relações entre os processos sociais e a comunicação; etc. Cada um desses processos intercede nos outros (assim, as relações entre processos sociais e processos de comunicação são, cada vez mais, interseccionadas pelos processos acionados sobre os dispositivos midiáticos, etc). (FERREIRA, 2008, p. 2-3).

Diante deste conceito vê-se a amplitude e a responsabilidade da comunicação pública trabalhar pela midiatização da cidadania por meio das mídias digitais para garantir seus objetivos.

Como comunicação pública entende-se o processo de informação, discussão e incentivo do interesse público com o objetivo buscar benefícios para todos em uma sociedade. Elizabeth Pazito Brandão (DUARTE, 2009) fala que a comunicação pública é um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania. Por isso, vemos que o objetivo da comunicação pública de informar o indivíduo está diretamente relacionado às engrenagens da democracia, pois é a ponte do relacionamento de cidadãos e governo.

Por outro lado, há a realidade da formação do cidadão brasileiro que ao logo da história do País foi acostumado a uma passividade recebedora de direitos conforme os interesses dos governos vigentes, ao contrário de outros países em que houve uma educação para reivindicações e exercício da cidadania, conforme os estudos de Carvalho (2002).

Ou seja, para se construir uma cidadania democrática é necessária uma comunicação pública efetiva mais profunda que o processo de passagem da mensagem de um emissor para um receptor. Jorge Duarte (2009) explica que a comunicação pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público o ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo.

Vemos a partir desses conceitos que as interações entre Estado, sociedade e cidadãos como forma de construção da cidadania e manutenção da democracia conforme

os interesses gerais formam o vínculo social que é o objeto comunicacional teorizado por Sodré:

> (...) faz-se claro o núcleo teórico da comunicação: a vinculação entre o eu e o outro, logo, a apreensão do ser-em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma do empenho ético de reequilibração das tensões comunitárias. Não se trata, portanto, de vinculação como mero compartilhamento de um fundo comum, resultante de uma metáfora que concebe a comunicação como um receptáculo de coisas a serem "divididas" entre os membros do grupo social. Vinculação é a radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos (SODRÉ, 2013, p. 223).

Além disso, consideramos ainda, a partir dos conceitos citados acima que a comunicação pública também tem a característica do esforço comunicacional para uma interação simbólica utilizando transações da linguagem e dispositivos comunicacionais que geram impacto para a "produção de sentidos compartilháveis na sociedade", conforme Braga (2006). Interpretamos também que os assuntos que fazem parte da comunicação pública podem encontrar nos dispositivos sociais, ambientes para a execução de debates, discussões e busca do interesse público, já que segundo o autor, os dispositivos são formas socialmente geradas e tornadas culturalmente disponíveis como matrizes para realizações de fala específicas.

Acreditamos que a comunicação pública sendo um espaço de interações sobre o interesse público é a forma ideal para se pensar sobre cidadania. Mas como fazer essa comunicação de forma plena? Segundo Habermas (2012), a racionalidade presente na prática comunicativa estende-se por uma forma mais ampla. Ela indica formas diversas de argumentação, bem como diversas possibilidades de dar prosseguimento ao agir comunicativo por meio de recursos reflexivos.

Assim, entendemos que se houver uma formação de cidadãos capazes de argumentar e discutir de forma racional sobre cidadania e utilizando as interações da comunicação pública pode-se haver um agir comunicativo em prol de uma comunidade cidadã e democrática. Nesta dinâmica de articulação de ideias e interações, concordamos com a proposta de Pierre Lévy (2000) que conceitua a democracia eletrônica como um encorajamento, graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva do ciberespaço, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos. O autor também afirma que o filtro por onde passam as informações e uma possível participação popular nas grandes e tradicionais mídias não

existe na rede, o que não só liberta o cidadão, mas também conteúdos de todos os tipos. Isso reforça o papel orientador da comunicação pública que direciona seus assuntos em prol do cidadão. A partir deste aporte teórico, vamos analisar o posicionamento da midiatização da cidadania pela comunicação pública em uma rede social digital.

Metodologia

Por meio do método da análise de conteúdo, foram analisadas as publicações da página da EBC na rede social digital Facebook, durante cinco dias, sobre assuntos relacionados à cidadania. As postagens foram categorizadas conforme os seguintes elementos: educação; saúde; trabalho; programas sociais; ciência e tecnologia; política, economia e consumo; cultura, esporte e lazer. Essas categorias ainda foram divididas em duas subcategorias: ações relacionadas a iniciativas do governo e informações que promovam e incentivem o conhecimento de direitos e a autonomia dos cidadãos.

Considerações Finais

Percebemos que há uma forte tendência da comunicação pública na rede digital estudada para midiatizar ações políticas, nacionais e internacionais, e governamentais, por ser um ano eleitoral. Essa midiatização aborda direitos e deveres dos cidadãos, mas ela não levanta questões para discussões e interações com o internauta. São poucas as publicações que mostram formas de participação ativa do cidadão. Assim consideramos que a cidadania ainda é midiatizada em um viés passivo sem a priorização da criticidade e da formação cidadã.

Referências

BRAGA, J. L. A Sociedade Enfrenta sua Mídia. Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DUARTE, Jorge. (Org.). Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, J. Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.10, p.1-15, 2007.

HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

SODRÉ, M. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.